



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ata n.º 5/2023

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 24 de maio de 2023, com início pelas 15:00, teve lugar reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Pedro Barbas Homem e secretariada, entre as 15h e as 16h pelo Professor Miguel Prata Roque (correspondendo ao ponto prévio à Ordem de Trabalhos e à primeira parte do ponto 1 da Ordem de Trabalhos) em substituição da Professora Madalena Perestrelo de Oliveira, que secretariou a reunião a partir das 16h.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Informações;
3. Concursos da carreira docente;
4. Distribuição de serviço docente;
5. Pessoal docente;
6. Licenciatura;
7. Mestrados;
8. Doutoramentos;
9. Critérios de avaliação dos relatórios de Mestrado e Doutoramento;
10. Pós-doutoramentos;
11. Cooperação;
12. Erasmus e Relações Internacionais;
13. Outros assuntos.

Participaram na reunião os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Luís Menezes Leitão, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Ana Paula Dourado, Paulo Sousa Mendes, David Duarte, Fernando Loureiro Bastos, Sílvia Alves, Pedro Caridade de Freitas, Elsa Dias Oliveira, João Espírito Santo, Helena Morão e Miguel Prata Roque.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Isabel Alexandre.

Participou, também, na reunião a Diretora, Professora Paula Vaz Freire.

1. Ponto prévio à Ordem de Trabalhos

Como ponto prévio à Ordem de Trabalhos, a Professora Helena Morão pediu a palavra para apresentação de resposta sobre considerações pessoais que considerou difamatórias produzidas pelo Professor Paulo Sousa Mendes na última reunião do Conselho Científico.

Depois de uma interrupção estabelecida pelo Presidente do Conselho Científico por dez minutos para contacto com a Professora Helena Morão, a reunião foi retomada tendo a Professora Helena Morão feito uma intervenção que referiu ser para esclarecimento dos membros do Conselho e não para constar em ata.

A Professora Fernanda Palma transmitiu que pretendia fazer uma intervenção relacionada com a declaração e com a forma como as deliberações tomadas estão transcritas na ata.

O Professor Paulo Sousa Mendes comunicou ao Conselho Científico que, em abstrato, deve assegurar-se um levantamento objetivo sobre a equidade na distribuição de encargo docente resultante da participação em júris de Mestrado e de Doutoramento e reafirmou a existência de um desequilíbrio entre o encargo assumido pelos docentes, em função da sua área de especialidade.

2. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (aprovação da ata da reunião anterior)

2.1. A Professora Fernanda Palma expressou solidariedade com a declaração da Professora Helena Morão e recomendou que haja civilidade e que os membros do Conselho Científico se abstenham de tecer considerações pessoais desprimorosas em relação a outros membros. Mais realçou o continuado empenho letivo e pedagógico da Professora Helena Morão, ao longo dos seus vários anos de prestação de serviço à Faculdade, assumindo sempre um encargo numérico muito superior ao usual, em matéria de provas académicas e de orientação de teses de Mestrado e de



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Doutoramento. Propôs que houvesse uma densificação das razões que sustentaram a discussão sobre a substituição da Professora Helena Morão do júri de Mestrado, por motivos de transparência.

O Professor Menezes Leitão manifestou discordância quando à necessidade de fundamentação, pois tal implicaria a fundamentação do membro do órgão que votou desfavoravelmente a deliberação.

O Professor João Espírito Santo manifesta concordância com proposta da Professora Fernanda Palma para acrescento de fundamentação ao Ponto 4, § II.

2.2. A ata n.º 4/2023 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária de dia 26 de abril de 2023, com ajustes de redação sugeridos pelos Professores Maria Fernanda Palma e Paulo Sousa Mendes, foi aprovada pela maioria dos Professores que estiveram presentes nessa reunião. O Professor Miguel Prata Roque votou contra o ponto 4.2. da ata, com a fundamentação que se junta como Anexo 1 à presente ata.

3. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Informações)

3.1. O Presidente do Conselho Científico informou que em julho tiveram lugar as aulas de jubilação dos Professores António Menezes Cordeiro, Eduardo Paz Ferreira e José Lamego. Sublinhou o alto nível com que decorreram estas provas, a participação da comunidade académica e profissional nas mesmas e a sua importância para a vida da Faculdade.

Informou, ainda, que no dia 24 de outubro terá lugar a cerimónia de outorga dos Doutoramentos Honoris Causa dos Professores Burkhard Hess, Axel Kämmerer e Jean-Louis Halpérin.

3.2. De seguida, o Presidente do Conselho Científico transmitiu a informação que os cursos de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e de Mestrado em Direito e Prática Jurídica foram acreditados sem condições.

3.3. O Presidente do Conselho Científico informou que a entrega dos relatórios de Mestrado e Doutoramento passará a ser feita na plataforma Moodle, o



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

que, do ponto de vista administrativo, facilita o processo e garante acesso mais célere dos Professores aos relatórios. Em complemento, a Diretora informou que a entrega digital dos relatórios permite encurtar prazos, economizar tarefas por parte do serviço académico e permite a disponibilização imediata dos relatórios aos docentes. Esta medida traz eficácia ao processo, sendo, por isso, de saudar.

3.4. A Professora Ana Paula Dourado informou que, conjuntamente com a Professora Nazaré Costa Cabral, está a organizar um livro de homenagem ao Professor Eduardo Paz Ferreira e que o prazo para entrega das contribuições será o dia 31 de dezembro.

O Presidente do Conselho Científico transmitiu, em nome do Conselho, o apoio e os votos de felicidades a esta iniciativa do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

3.5. A Professora Maria Fernanda Palma informou que no dia 4 de maio teve lugar a conferência “Crimes sexuais: diálogo entre reformas europeias”, organizada pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC). A abertura da conferência esteve a cargo da Diretora, Professora Paula Vaz Freire, e participaram os Professores Jonathan Herring (da Universidade de Oxford), Tatjana Hörnle, Diretora do Departamento de Direito Penal do Max-Planck-Institut zur Erforschung von Kriminalität, Sicherheit und Recht), Audrey Darsonville (Université Paris Nanterre) e Elena Ceballos (Universidad de Granada). A Conferência foi encerrada pela Dr.^a Dulce Rocha, Presidente do Instituto de Apoio à Criança. A conferência foi muito participada e encontra-se disponível no Youtube do IDPCC.

O Professor Vasco Pereira da Silva felicitou a Professora Maria Fernanda Palma pela organização e referiu ter recebido felicitações pela qualidade da conferência.

3.6. O Professor David Duarte questionou se os estudantes se estão a inscrever nos 2.º e 3.º ciclos sem acesso aos programas das unidades curriculares. O Presidente do Conselho Científico informou que este ano o prazo de inscrição foi antecipado, o que torna mais premente a rápida aprovação das distribuições de



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

serviço docente, para que a divisão académica possa receber os programas das unidades curriculares. O Professor David Duarte notou que os estudos de 2.º e 3.º ciclo vivem num universo de enorme competitividade, assumindo grande relevância a diversidade de oferta curricular. Por esse motivo, propôs que os programas das unidades curriculares estejam disponíveis quando os alunos se inscrevem. O Presidente do Conselho Científico aderiu à proposta, tendo, porém, notado que a disponibilização dos programas é uma questão logística e administrativa que pressupõe que a aprovação das distribuições de serviço docente seja antecipada. O Professor Miguel Teixeira de Sousa notou que, no Grupo de Ciências Jurídicas, quando os docentes indicam as suas preferências letivas devem também indicar o tema a tratar nas unidades curriculares indicadas, pelo que essa indicação genérica pode ser imediatamente transmitida aos alunos. A Diretora afirmou que existe consenso quanto à necessidade de se antecipar a divulgação dos programas das unidades curriculares, mas recordou que essa divulgação está dependente da aprovação da distribuição de serviço docente pelo Conselho Científico. Logo que a divisão académica obtém a distribuição de serviço docente aloca a cada docente a(s) unidade(s) curricular(es) respetiva(s) e solicita que se preencha a ficha de cada uma. A divisão académica não pode enviar e-mails genéricos a solicitar aos docentes o preenchimento das fichas de unidade curricular, sem antes correr a fase de correspondência entre cada docente e unidade(s) curricular(es) a seu cargo. A Diretora informou que as candidaturas para o 2.º e 3.º ciclo têm vindo a ser antecipadas: em 2019 tinham início em março e em 2023 foram antecipadas para fevereiro. Este ano, a primeira fase de inscrições correu entre 27 de fevereiro e 30 de abril e a segunda fase, essencial para assegurar a possibilidade de inscrição dos alunos que se encontram a terminar a licenciatura, corre entre 15 de junho e 15 de julho. A Diretora recordou, ainda, que a inscrição dos alunos é acompanhada pela escolha da especialidade do Mestrado ou Doutoramento, sendo pouco comuns requerimentos de mudança de especialidade, mas apenas pedidos de alteração de unidades curriculares optativas. Informou, por fim, que o Presidente do Conselho Científico e o Dr. Bertolino Campaniço têm estado a pensar num modelo de ficha uniforme de unidade curricular, a preencher pelos docentes, e que possa também ser usado em processos de acreditação, fazendo, assim, face às discrepâncias que



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

por vezes se verificam entre a forma como os programas das diversas unidades curriculares são apresentados.

O Presidente do Conselho Científico revelou a intenção de, até ao final de julho, publicar um livro digital onde seja feito o levantamento de todos os programas das unidades curriculares.

A Professora Maria João Estorninho afirmou que, tendo a distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas ficado fechada em fevereiro, já poderia ter havido divulgação das fichas das unidades curriculares. Sugeriu, ainda, que existe duplicação de níveis e de pessoas responsáveis pelas mesmas tarefas, notando que o ano passado coligiu todas as fichas das unidades curriculares e que, ainda assim, voltou a ser pedido aos docentes o preenchimento dessas fichas.

4. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Concursos da carreira docente)

A Professora Maria João Estorninho apresentou a proposta de alteração da composição do júri de concurso para Professor Associado em Ciências Jurídico-Políticas. Informou o Conselho que a recomposição do júri foi necessária na sequência de um ofício da Reitoria que indicava a não conformidade da anterior proposta com a exigência legal de equilíbrio de género. A proposta de júri anteriormente apresentada tinha sido acompanhada por uma justificação sobre o não cumprimento dessa exigência legal pelo motivo de não existirem, em Portugal e em exercício de funções, Professoras Catedráticas em Ciências Jurídico-Políticas em número suficiente para integrar o júri. Na recomposição do júri foi tida em consideração a barreira linguística. Não existindo Professoras Catedráticas em Ciências Jurídico-Políticas no Brasil, foram convidadas duas Professoras espanholas (Professoras María da Alba Nogueira López e Ángela Figueruelo Burrieza), a quem a Professora Maria João Estorninho agradeceu a disponibilidade e generosidade para integrarem o júri.

Na sequência da indagação da Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, a Professora Maria João Estorninho e o Presidente do Conselho Científico esclareceram que, em termos de número de membros, o júri fica composto pela mesma quantidade de Professores que integram o júri do concurso de Ciências Jurídicas (9) e que, por imposição do ECDU, o júri tem de ser composto por



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Professores da área disciplinar do concurso.

Foi aprovada, por unanimidade, por todos os Professores com direito de voto, a proposta de alteração do júri de concurso para Professor Associado em Ciências Jurídico-Políticas, nos termos constantes do Anexo 2 à presente ata.

5. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Distribuição de serviço docente)

5.1. A propósito da distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídicas, a Professora Maria Fernanda Palma comunicou ao Conselho Científico que requereu que fosse considerada sem efeito a licença sabática concedida para o ano letivo de 2023/2024. A Professora Maria Fernanda Palma comunicou que tinha apresentado o pedido de licença sabática com a intenção de terminar as Lições de Direito Penal e escrever Lições de Filosofia do Direito e que, nesse contexto, considerou que haveria vantagens científicas e pedagógicas se, apesar de se encontrar em licença sabática, regesse uma turma de Direito Penal. No entanto, em Conselho de Professores Catedráticos foi deliberado que os Professores em licença sabática não deveriam lecionar unidades curriculares de Licenciatura ou de Mestrado. A Professora Maria Fernanda Palma reforçou que apenas tinha pedido a regência de Direito Penal por considerar que seria útil para a elaboração das Lições em que está a trabalhar e que esta deliberação representa uma alteração face à prática em anos anteriores. Por esse motivo, decidiu abdicar da licença sabática previamente concedida.

O Professor João Espírito Santo manifestou intenção de reger a unidade curricular de Direito Comercial, apesar de se encontrar em licença sem vencimento.

A propósito da deliberação no sentido de os Professores em licença sabática não deverem lecionar unidades curriculares, o Professor Miguel Teixeira de Sousa recordou que foi uma decisão dos Professores Catedráticos. O Professor João Espírito Santo questionou se essa competência era dos Professores Catedráticos ou do plenário do Grupo. O Professor Luís Menezes Leitão relatou que o Professor Miguel Teixeira de Sousa propôs – e bem – que não deveria haver coregências na Licenciatura, salvo casos excecionais e objetivamente justificados. O Grupo apoiou a ideia de que não deveriam ser permitidas coregências na Licenciatura, mas considerou que não devia vigorar uma regra geral que é imediatamente quebrada.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Por esse motivo, foi deliberado que na Licenciatura não deveria haver coregências. O Professor Luís Menezes Leitão afirmou que a deliberação não teve em mente nenhum Professor em particular. A Professora Maria Fernanda Palma esclareceu que não exigiu coregência.

O Presidente do Conselho Científico agradeceu, a título pessoal, não só a disponibilidade da Professora Maria Fernanda Palma, mas também os projetos científicos que se encontra a desenvolver.

A Professora Maria Fernanda Palma manifestou a sua solidariedade com o Professor Pamplona Côrte-Real pelo facto de não lhe ter sido concedida a possibilidade de se manter em coregência no curso de Mestrado, fazendo notar que não participou em nenhuma das deliberações em que essa possibilidade foi retirada.

5.2. O Professor Paulo Sousa Mendes louvou a iniciativa de se criar várias turmas no Mestrado, quando o número de alunos o justifique, notando que é bom para a Escola e para os alunos, na medida em que permite a diversificação dos programas e satisfaz as expectativas dos Professores mais jovens. Questionou se o impedimento formal da Professora Inês Ferreira Leite que, no ano transato, a impediu de reger mais do que uma unidade curricular, se tinha alterado. A Professora Maria Fernanda Palma afirmou que o Grupo deve agradecer à Professora Inês Ferreira Leite a disponibilidade para lecionar mais disciplinas e que eventuais impedimentos formais devem ser tratados pelo Conselho Superior da Magistratura e não pela Faculdade. Recordou, ainda, que gozou de um estatuto similar quando exerceu funções no Tribunal Constitucional. O Presidente do Conselho Científico assinalou que a orientação do Conselho é a de atribuir funções docentes a pessoas que estão a exercer funções públicas, disponibilidade que a Faculdade deve agradecer. O Professor Paulo Sousa Mendes manifestou satisfação pelo facto de este ano não se verificarem impedimentos formais à cumulação de funções e agradeceu os esclarecimentos prestados, bem como a dedicação da Professora Inês Ferreira Leite à Faculdade. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho aderiu às palavras da Professora Maria Fernanda Palma reforçando que a Faculdade deve agradecer aos Professores que se encontram a lecionar graciosamente, independentemente do nível de disponibilidade que estejam dispostos a dispensar à Faculdade.



5.3. O Professor Miguel Prata Roque manifestou-se contra a proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídicas para o 1.º ciclo, por considerar que existem unidades curriculares sob a regência de um Professor acusado de más práticas pedagógicas. Assinalou que esse facto contribui para a perda de confiança dos alunos na eficácia das queixas apresentadas aos órgãos competentes.

O Professor Fernando Loureiro Bastos apelou a que se evitem alegações que desgastam a Faculdade e afirmou que, caso exista uma deliberação unânime quanto à violação do Regulamento de Avaliação e da Lei, esta deve ser comunicada à Direção, para que a Direção possa tomar medidas e, sendo caso disso, seja iniciado um processo de inquérito.

O Professor Miguel Teixeira de Sousa afirmou que não tem conhecimento nem recebeu qualquer comunicação oficial sobre a imposição de sanções ou impedimentos a qualquer Professor do Grupo de Ciências Jurídicas. Não sendo o Conselho Científico o órgão competente para a apreciação de condutas pedagógicas, não pode, na elaboração da distribuição de serviço docente, ter em consideração o alegado. No entanto, o Professor Miguel Teixeira de Sousa afirmou que poderá assumir uma postura diferente caso receba alguma comunicação oficial.

Perante as dúvidas suscitadas, a Professora Maria João Estorninho manifestou dificuldades em votar a distribuição de serviço docente.

O Professor Luís Menezes Leitão, após afirmar desconhecer as práticas pedagógicas relatadas, recordou que se encontra apenas em discussão a distribuição de serviço docente do próximo ano letivo. Não é possível fazer um juízo de prognose sobre o que sucederá no próximo ano e o Conselho Científico não é a instância de apreciação de assuntos deliberados noutra órgão. Caso haja aplicação de uma sanção disciplinar, a questão deve ser vista de forma diferente.

O Presidente do Conselho Científico afirmou que o Conselho Científico não pode abrir a porta à possibilidade de não se distribuir serviço docente a Professores contra quem foram feitas queixas pedagógicas. No Conselho Pedagógico são suscitadas questões de tipo diverso e muitas não têm impacto nos critérios que presidem às distribuições de serviço docente. Por fim, informou o Conselho que as deliberações do Conselho Pedagógico são anonimizadas, não existindo identificação



clara de professores visados e estudantes queixosos. E, finalmente, quanto ao Professor em causa, que não existe ata do Conselho Pedagógico que tenha aprovado uma deliberação que reconheça a existência de infração pedagógica, que não existe qualquer processo disciplinar concluído ou pendente e, conseqüentemente, que o Conselho Científico não tem nem competência nem conhecimento que permitam alterar a distribuição de serviço docente proposta pelo grupo científico.

O Professor Vasco Pereira da Silva considerou que um docente que foi criticado pelo Conselho Pedagógico não pode ser impedido de lecionar, mas que, por prudência, deveria ser colocado numa unidade curricular diferente. O Professor Luís Menezes Leitão afirmou que essa decisão implicaria a imposição de uma sanção sem contraditório.

O Professor Fernando Loureiro Bastos reforçou que a discussão está a ser tida ao nível das alegações e que não é possível antecipar o que vai ocorrer no próximo ano, razões pelas quais não deve ser alterada a distribuição de serviço docente. Em qualquer caso, para defender os direitos dos alunos e dos docentes, importa apurar se existem fundamentos para processo disciplinar.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho considera que esta apreciação não cabe ao Conselho Científico, nem deve paralisar a distribuição de serviço docente. Perguntou à Diretora que curso de ação tenciona tomar.

A Diretora esclareceu que recebeu um documento do Conselho Pedagógico que se encontra anonimizado no que respeita ao docente e unidade curricular em causa, o que deixa a Direção profundamente limitada. A Direção dispõe de 30 dias para decidir iniciar ou não um procedimento de inquérito com vista a um procedimento disciplinar. Perante a anonimização da comunicação recebida, a Direção está a avaliar a situação, tendo a Diretora realçado que ainda se encontra dentro do prazo legal para iniciar qualquer procedimento de inquérito.

O Professor Miguel Prata Roque salientou que, sem prejuízo da proteção de dados pessoais, numa instituição pública vigora o princípio da transparência e o Regulamento Geral da Proteção de Dados permite a utilização de dados pessoais quando o interesse público o justifique.

A Professora Maria Fernanda Palma salientou que o meio adequado para discutir a questão é o processo de inquérito.



[Handwritten signature]

5.4. A Professora Maria Fernanda Palma informou que o Professor António Neves se candidatou a regências que se encontram vazias. O Professor Miguel Teixeira de Sousa considerou que essa alteração à distribuição de serviço docente deveria ser primeiro submetida ao Grupo, antes de ser votada pelo Conselho.

5.5. A distribuição de serviço docente para o 1.º ciclo do Grupo de Ciências Jurídicas, constante do Anexo 3, foi aprovada por maioria, com o voto contra do Professor Miguel Prata Roque. Os Professores Maria Fernanda Palma e Vasco Pereira da Silva abstiveram-se. O Professor Luís Menezes Leitão, apesar de ter votado favoravelmente a distribuição, afirmou que entende que se deve alterar a regência de Direito da Sociedade da Informação por não respeitar critérios de antiguidade. A Professora Maria João Estorninho não participou na votação por não se sentir esclarecida.

5.6. A distribuição de serviço docente do 2.º e 3.º ciclos do Grupo de Ciências Jurídicas, constante do Anexo 4, foi aprovada. O Professor Vasco Pereira da Silva absteve-se e a Professora Maria João Estorninho não participou na votação por não se sentir esclarecida.

5.7. A distribuição de serviço docente do 2.º e 3.º ciclos do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, constante do Anexo 5, foi aprovada por unanimidade.

6. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

6.1. Foi apreciado o pedido de manutenção do contrato por tempo indeterminado, apresentado pela Professora Paula Meira Lourenço, nos termos do artigo 25.º do ECDU e 6.º e 7.º do Regulamento relativo ao regime de vinculação e avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental por professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade de Lisboa. Atento o parecer favorável à nomeação definitiva emitido pelos Professores Miguel Teixeira de Sousa e Paula Costa e Silva (Anexo 6) e o desempenho científico, académico e pedagógico da Professora Paula Meira Lourenço, a manutenção do contrato por tempo indeterminado foi votada favoravelmente por cada um dos Conselheiros



presentes com direito de voto.

6.2. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, o requerimento da Professora Maria Fernanda Palma de considerar sem efeito a licença sabática previamente concedida para o ano letivo de 2023/2024.

6.3. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, o requerimento do Professor José Ferreira Gomes de suspensão da licença sabática pelo período correspondente ao gozo da licença de paternidade obrigatória.

7. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

7.1. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de Cátia Silva de alteração de orientador do Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade de Direito Administrativo e Administração Pública), nos termos constantes do Anexo 7.

7.2. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de Daniella Chiaretto de alteração de tema de dissertação do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade de Direito da União Europeia), nos termos constantes do Anexo 8.

7.3. A admissão à 2.^a fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica de Andryellen Costa, Daniel Pinto, Florian Leichtenmüller, Helena Tavares, Jéssica Vieira, Joel Cosme, Leandro Lima, Marcelo Djassi, Maria Inês Teixeira, Maria João Semedo, Mariana Martins, Samora Monteiro, Simão Pereira e Victor Fontenele foi aprovada, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 9.

7.4. Foram aprovados, por unanimidade, os júris de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica de Marina Queiroz e Beatriz Silva (especialidade em Ciências Jurídico-Internacionais), Natália Cardoso (especialidade em Ciências Jurídico-Políticas), João Silva, Paulo Ramos, Fabiana Papacena (especialidade em Direito Administrativo), Thaianne Santana, Jordano Girondi, Ecandro Calijuri, Cinara Calijuri (especialidade em Direito Constitucional), Rafael Afonso (especialidade em



A
[Handwritten signature]

Direito da União Europeia), Nete da Silva (especialidade em Direito Administrativo), Leticia Mello (especialidade em Ciências Jurídico-Políticas), Dayane Messias (especialidade em Direito Constitucional), Vinícius Lameiro (especialidade em Ciências Jurídico-Políticas), Rodrigo Silva, Maria Rafaela Rolim, César Andrade, Joelma Silva, Valquíria Azevedo (especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública), Maria Inês Varajao, Hélder Sena, Emaus Silva, Renato Noronha (especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública) e Maria da Luz Aguiar (especialidade em Direito Internacional e Relações Internacionais), nos termos constantes do Anexo 10.

7.5. O Conselho Científico tomou conhecimento sobre o processo de candidaturas ao Mestrado em Direito e Gestão (Anexo 11).

8. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

8.1. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de acesso à 2.^a fase do Doutoramento constantes do Anexo 12.

8.2. Foi aprovada, por unanimidade, a constituição do júri de Doutoramento em Direito de Wilson Adão (especialidade em Ciências Jurídicas Internacionais Europeias), nos termos constantes do Anexo 13 e de Ana Rieger (especialidade em Ciências Jurídico-Políticas), nos termos constantes do Anexo 14.

9. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Critérios de avaliação dos relatórios de Mestrado e Doutoramento)

Foi deliberado adiar a discussão sobre a utilização de Inteligência Artificial em trabalhos académicos e os seus impactos no ensino e na avaliação dos estudantes.

10. Ponto 12 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

O Professor Vasco Pereira da Silva informou o Conselho que desde que a SIPE foi fundada que são organizadas reuniões anuais, subordinadas a temas atuais e



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

inovadores. Entre 22 e 24 de junho de 2023 decorrerá em Lisboa o Congresso SIPE (Anexo 15). O Congresso será subordinado ao tema das novas tarefas públicas, inebrando vários temas autónomos (digitalização, defesa e segurança, saúde e alterações climáticas), unidos pelo programa delineado. O Congresso está a ter grande afluência, contando já com 35 Professores estrangeiros inscritos, sendo expectável que este número aumente. Este número compara de forma muito positiva com Congressos da SIPE organizados noutros países. O Professor Vasco Pereira da Silva notou que a Direção colaborou com a organização do Congresso desde o início. Serão oferecidos dois almoços e haverá, ainda, um jantar oferecido pela SIPE e que contará com a visita do Senhor Presidente da República, o que constitui um marco muito importante porque em 2011 foi o Professor Marcelo Rebelo de Sousa quem abriu o Congresso da SIPE.

O Professor Vasco Pereira da Silva convidou todos a estarem presentes no Congresso, assinalando a importância do momento para a Faculdade.

11. Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 19:20.

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Pedro Barbas Homem)

A Secretária do Conselho Científico

(Professora Madalena Perestrelo de Oliveira)

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Miguel Prata Roque)

Votei contra a redação da ata n.º 4/2023, relativamente ao § II. do Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, cuja redação final aprovada foi a seguinte:

«Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (informações)

(...)

II. Na sequência da contratação de um assistente convidado para lecionar uma disciplina na área do Direito Penal, a Professora Maria Fernanda Palma assinalou que o procedimento de contratação de assistentes convidados habitualmente seguido era o de contratação com base num parecer assinado por dois Professores da especialidade de ciências Jurídico-Criminais. O Presidente do Conselho Científico e os Professores Miguel Teixeira de Sousa e Paulo Sousa Mendes clarificaram que os preceitos legais foram respeitados, a saber, o ECDU e o Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade de Lisboa, tendo sido a proposta de contratação assinada pelo Presidente do Grupo e um professor catedrático. Seguiu-se uma discussão alargada entre os Professores Maria Fernanda Palma, Miguel Prata Roque, Paulo Sousa Mendes, Miguel Teixeira de Sousa e Maria do Rosário Palma Ramalho sobre o contexto da contratação e o procedimento seguido. A Diretora interveio para esclarecer que o procedimento de seleção de assistentes convidados não tem natureza concursal.

O Presidente do Conselho Científico afirmou que tinha a intenção de agendar uma reunião sobre a metodologia a seguir para a contratação de assistentes convidados para o próximo ano letivo. As Professoras Maria João Estorninho e Maria do Rosário Palma Ramalho aderiram à importância de pensar um modelo, tendencialmente uniforme entre grupos, para a contratação de assistentes convidados.»

Votei desfavoravelmente a esta redação e expressei a minha discordância, visto que a referida redação não reflete o conteúdo exato e integral (ainda que sintetizado) da discussão ocorrida sobre o tema.

Na verdade, a discussão sobre a contratação de um assistente convidado para lecionar, apenas no 2.º semestre de 2022/2023, uma subturma adicional criada, no decurso do semestre, no âmbito da disciplina de Direito Penal II (Turma B), sob a regência do Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes, não se centrou, exclusivamente, na falta de um parecer subscrito por duas/dois professoras/es da área de ciências jurídico-criminais.

Bem pelo contrário, eu próprio tive a oportunidade de apontar a existência de um procedimento insólito, pouco transparente, arbitrário e ilegal, na medida em que foi violador do princípio da transparência (consagrado nos artigos 8.º, 12.º e 17.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 1.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos), do princípio da igualdade (cfr. artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo) e do princípio da concorrência (cfr. artigo 1.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos) Tais princípios são aplicáveis a qualquer procedimento contratual levado a cabo por uma unidade orgânica de uma universidade pública, mesmo quando não haja exigência de concurso público ou se trate de contrato excluído da Parte II do Código dos Contratos Públicos, conforme impõe o artigo 5.º-B, n.º 1, do mesmo diploma legal.

Ora, o procedimento de contratação, mediante convite, de assistentes convidados deve obedecer a critérios muito rigorosos e transparentes que garantam que todas/os as/os interessadas/os possam tomar conhecimento da abertura de tal procedimento e, assim, apresentar, voluntariamente, a sua candidatura, sob pena de favorecimento daquelas/es que são alvo de convite direto, em regime não concorrencial. No caso especificamente em apreço, o Conselho Científico já havia tomado deliberação sobre como se deveria proceder à contratação de assistentes convidadas/os para exercício de funções docentes no grupo de ciências jurídicas. Com efeito:

- Em junho de 2022, adotando-se uma nova metodologia de contratação, abriu-se um procedimento concorrencial para seleção das/os Assistentes Convidadas/os para o ano letivo 2022/2023, comum a todos os grupos científicos (cfr. Ponto 3 da Ata n.º 8/2022, de 22 de junho de 2022);
- Na reunião do Conselho Científico de 20 de julho de 2022, foi aprovada a proposta de contratação das/os Assistentes Convidadas/os para o ano letivo 2022/2023, relativamente a todos os grupos científicos, com exceção do grupo de ciências jurídicas, por o processo de seleção ainda não estar concluído, àquela data (cfr. Ponto 4 da Ata n.º 9/2022, de 20 de julho de 2022);
- Apenas na reunião do Conselho Científico de 02 de novembro de 2022, foi aprovada, retroativamente (uma vez que essas/es Assistentes Convidadas/os já estavam a exercer funções docentes desde o início do 1.º semestre), a proposta de contratação das/os Assistentes Convidadas/os para o ano letivo 2022/2023, relativamente ao grupo de ciências jurídicas, nos seguintes termos:

**Seleção de novos
Assistentes Convidados do Grupo de Ciências Jurídicas
(Ano lectivo de 2022/2023)**

I. Observação preliminar

O Grupo de Ciências Jurídicas optou por fazer uma análise separada dos Assistentes Convidados em exercício de funções no ano lectivo de 2021/2022 e dos Candidatos que, não sendo já Assistentes, manifestaram o seu interesse em serem contratados como Assistentes Convidados. A seleção que se apresenta respeita apenas a Candidatos a novos Assistentes.

II. Critérios de seleção

a) Manifestaram o seu interesse em virem a ser recrutados como novos Assistentes Convidados 64 Candidatos.

b) A experiência mostra que, em cada ano, o perfil dos Candidatos que manifestam interesse em serem recrutados como Assistentes Convidados é bastante distinto. Isto implica que, em cada ano, há que adaptar os critérios de selecção.

Em função do perfil dos Candidatos que agora manifestaram interesse, os critérios de selecção adoptados foram, em consonância com o deliberado em reunião de Professores Catedráticos, os seguintes:

- Exclusão de Doutores por qualquer Universidade;
- Como sempre se fez no Grupo de Ciências Jurídicas, deu-se preferência a Licenciados e Mestres pela Faculdade; mesmo que se entendesse que o critério poderia ser flexibilizado, a verdade é que não se apresentou nenhum Candidato que fizesse repensar a prática seguida;
- Atendendo ao número de Candidatos com Mestrado e com Licenciatura pela Faculdade com classificações elevadas, optou-se por favorecer um *mix* de Mestres e de Licenciados, pelo que só foram considerados Mestres e Licenciados com classificação de 17 vals ou superior;
- Entre Licenciados com a mesma nota de Licenciatura, o desempate realizou-se, como sempre se fez, através das notas mais altas em Disciplinas do Grupo de Ciências Jurídicas.

III. Resultados da selecção

De acordo com os critérios acima enunciados, a graduação proposta é a seguinte:

1. Candidatos com Licenciatura e Mestrado

Nome	Licenciatura	Mestrado
Vânia Ramos	15	18
José Neves da Costa	14	17

2. Candidatos com Licenciatura

Nome	Licenciatura	Critério de desempate
Gonçalo Pacheco Vilela	18	$18 \times 8 = 144$
Gonçalo Aleixo Nunes	18	$18 \times 5 = 90$
Carolina Nunes Correia	17	$(18 \times 4) + (17 \times 7) = 191$
Diana Correia	17	$18 + (17 \times 8) = 154$
Filipe Henrique Rocha	17	$(18 \times 3) + (17 \times 3) = 105$
Mónica Almeida	17	$17 \times 5 = 85$
Diogo Madeira Canário	17	$(18 \times 2) + (17 \times 2) = 70$
Tomás Avelar	17	$18 + (17 \times 3) = 69$

Inês Godinho	17	$(18 \times 2) + 17 = 53$
--------------	----	---------------------------

III. Recrutamento dos Candidatos

O recrutamento será feito atendendo às necessidades lectivas por preencher e à ordem de graduação dos Candidatos.

Lisboa, 29 de Julho de 2022

Pel'O Grupo de Ciências Jurídicas

M. Leisen de Sousa

- Na reunião do Conselho Científico de 22 de fevereiro de 2023, foi proposta a distribuição de serviço docente aos dois candidatos com licenciatura e mestrado, Vânia Costa Ramos e José Neves da Costa, para exercício de funções docentes no 2.º semestre do ano letivo 2022/2023, respetivamente, nas disciplinas de Mestrado de Direito Penal V (Cibercrimes) e de Direito das Contraordenações, apesar de os mesmos não serem detentores do grau de doutoramento, que é exigido pelo artigo 29.º, n.º 1, do Regulamento de Mestrado e de Doutoramento. Nessa deliberação, foi explicitado que aqueles mestres não exerceriam a co-regência das disciplinas em causa (cuja regência foi atribuída ao Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes), sendo apenas contratados, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 6, daquele Regulamento, como colaboradores.
- Assim, tendo em conta que dividem, com o doutorado *supra* referido, o encargo letivo das disciplinas de Mestrado de Direito Penal V (Cibercrimes) e de Direito das Contraordenações, que apenas têm uma carga horária semanal de 2 (duas) horas, os referidos assistentes convidados prestam serviço docente de apenas 1 (uma) hora letiva semanal, apesar de terem celebrado um contrato de provimento, em regime de 30%, com carga horária semanal mínima de 4 (quatro) horas letivas;

— Por conseguinte, na reunião do Conselho Científico de 26 de abril de 2023, questionei expressamente o Presidente do Grupo de Ciências Jurídicas, que apresentou a proposta de contratação de mais um Assistente Convidado para lecionar, e o plenário do Conselho Científico, que tem competência para deliberar sobre essa contratação, sobre:

- (a) Qual a razão pela qual o Conselho Científico aprovou, em 02 de novembro de 2022, uma lista de Assistentes Convidados a contratar, durante o ano letivo de 2022/2023, para as várias áreas disciplinares do Grupo de Ciências Jurídicas, através de um procedimento público e concorrencial, para, agora, desrespeitando essa lista, vir contratar “*ad hoc*” um Assistente Convidado que não consta dessa lista, devidamente e em tempo, aprovada pelo Conselho Científico?
- (b) Qual foi o método de seleção do Assistente Convidado em causa – que se veio a saber ter resultado de contacto pessoal e telefónico, pelo docente encarregue da regência da disciplina de licenciatura de Direito Penal II / Turma B – e qual foi a publicidade atribuída a esse procedimento contratual público de contratação?
- (c) Por que razão é que, tendo sido contratados dois Assistentes Convidados, que apenas cumprem a carga horária semanal de 1 (uma) hora, quando, por força de contrato devem cumprir 4 (quatro) horas semanais, se optou por contratar mais um Assistente Convidado, sem que o serviço docente de aulas práticas de licenciatura na disciplina de Direito Penal / Turma B, que correspondia a apenas 2 (duas) horas semanais, não foi distribuído àqueles Assistentes Convidados, que são detentores do grau de mestre em ciências jurídico-criminais?
- (d) Porque razão é que não foram contratados os nomes seguintes da lista aprovada na reunião do Conselho Científico de 02 de novembro de 2022 (a saber, Tomás Avelar e Inês Godinho), quando o Ponto III da proposta que foi aprovada determina, expressamente, “*III. Recrutamento dos Candidatos - O recrutamento será feito*

atendendo às necessidades lectivas por preencher e à ordem de graduação dos Candidatos”?

- (e) Qual a duração da vigência do contrato a celebrar com o Assistente Convidado em causa e, designadamente, se a contratação é feita apenas para o 2.º semestre do ano letivo de 2022/2023 ou se o referido contrato será alvo de renovação automática para o ano letivo de 2023/2024?

As respostas dadas às perguntas que formulei foram deveras esclarecedoras sobre o carácter “*ad hoc*”, inusitado, informal e não concorrencial do procedimento de contratação pública em causa. As explicações prestadas ao plenário do Conselho Científico demonstraram que foi criada, excecionalmente, uma nova subturma na disciplina de Direito Penal II / Turma B e que, por contacto telefónico do docente encarregue da sua regência, foram, sucessivamente, contactados uma aluna de doutoramento (que recusou o convite) e o Assistente Convidado agora contratado, sem que houvesse qualquer publicitação ou garantia de transparência e de um procedimento concorrencial. Não foi ainda explicado por que razão é que se avançou para essa contratação, quando há dois Assistentes Convidados, constantes de lista aprovada em Conselho Científico, a quem poderia ter sido distribuído esse serviço docente de apenas 2 (duas) horas letivas semanais, visto que aqueles apenas lecionam aulas de mestrado – quando há doutores na mesma área científica que não o fazem (a saber, Prof. Doutor Alaor Leite e Prof. Doutor António Neves) – e apenas lecionando uma carga horária semanal de 1 (uma) hora letiva – quando o respetivo contrato, em regime de 30% de dedicação exige 4 (quatro) horas letivas.

Ao contrário do que consta da ata, entendo que a circunstância de o regime de contratação de docentes universitárias/os não exigir concurso público não invalida a manifesta ilegalidade do procedimento adotado, que contraria uma deliberação anterior do Conselho Científico (cfr. Ata n.º 12/2022, de 02 de novembro de 2022), não obedece ao princípio da boa administração (cfr. artigo 5.º do CPA), na medida em que não distribui serviço docente a atuais assistentes convidados, já contratados, que não preenchem a carga horária mínima prevista por lei e por contrato, e viola flagrantemente os princípios da igualdade, da transparência e da concorrência,

que são aplicáveis a qualquer procedimento público de contratação, mesmo que não sujeito a concurso público.

Em suma, porque entendo ser essencial fixar regras claras para futuros procedimentos de contratação de docentes da nossa Faculdade – que, por se integrar numa universidade pública deve especial obediência a princípios fundamentais de transparência, de igualdade de oportunidades na candidatura e na concorrência entre interessados –, votei contra a redação da Ata n.º 4/2023, de 24 de maio, relativamente ao § II do Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, uma vez que o mesmo não espelha, de modo objetivo e fiel (ainda que sintetizado), o teor da discussão ali mantida.

O Membro Eleito do Conselho Científico

A handwritten signature in blue ink, reading "Miguel Prata Roque". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal line extending to the right.

(Miguel Prata Roque)

XII – Constituição do Júri

Nos termos do disposto nos artigos 45.º e 46.º do ECDU, no artigo 14.º do Regulamento, e no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, o Júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doctora María da Alba Nogueira López, Catedrática de Universidade da Universidade de Santiago de Compostela;

Doctora Ángela Figueruelo Burrieza, Catedrática de Universidad da Universidade de Salamanca;

Doutor Jónatas Machado, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor Pedro Gonçalves, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutora Cristina Queirós, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Mário Aroso de Almeida, Professor Catedrático da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica;

Doutor Vasco Pereira da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria João Estorninho, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Carlos Blanco de Moraes, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

h
8**GRUPO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS****DISTRIBUIÇÃO SERVIÇO DOCENTE****2023/2024**

(VERSÃO DE 23/5/2022)

1.º CICLO**LICENCIATURA****1.º ano****1. Unidades curriculares obrigatórias**

101 - Introdução ao Estudo do Direito I – Dia A – S.1. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Prof. Doutora Catarina Matos Salgado (2)

201 - Introdução ao Estudo do Direito II – Dia A – S.2. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Prof. Doutora Catarina Matos Salgado (2)

101 - Introdução ao Estudo do Direito I – Dia B – S.1. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	Prof. Doutor João Pedro Marchante

201 - Introdução ao Estudo do Direito II – Dia B – S.2. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira

Colaboradores	Prof. Doutor João Pedro Marchante
---------------	-----------------------------------

101 - Introdução ao Estudo do Direito I – Dia C – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (1 ST)

201 - Introdução ao Estudo do Direito II – Dia C – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (2 STs)

105 - Teoria Geral do Direito Civil I – Dia A – S.1. (7 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	

205 - Teoria Geral do Direito Civil II – Dia A – S.2. (7 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	

105 - Teoria Geral do Direito Civil I – Dia B – S.1. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Maria Raquel Rei

--	--

205 - Teoria Geral do Direito Civil II – Dia B – S.2. (7 STs)	
Regente	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Maria Raquel Rei

105 - Teoria Geral do Direito Civil I – Dia C – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	

205 - Teoria Geral do Direito Civil II – Dia C – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	

105 - Teoria Geral do Direito Civil I – Noite – S.1. (6 STs)	
Regente	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Colaboradores	

205 - Teoria Geral do Direito Civil II – Noite – S.2. (6 STs)	
Regente	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Colaboradores	

--	--

2. Unidades curriculares opcionais

231 - Filosofia do Direito – Dia B – S.2. (2 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	

2.º ano

1. Unidades curriculares obrigatórias

111 - Direito das Obrigações I – Dia A – S.1. (9 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (2 STs) Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires (2 STs)

211 - Direito das Obrigações II – Dia A – S.2. (9 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (2 STs) Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires (2 STs)

111 - Direito das Obrigações I – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Prof. Doutor João de Oliveira Gerales (2 STs)

h
8

--	--

211 - Direito das Obrigações II – Dia B – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Prof. Doutor João de Oliveira Galdes (3 STs)

111 - Direito das Obrigações I – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde
Colaboradores	Dr. Carlos Lacerda Barata (2 STs) Dr. Nuno Trigo dos Reis (2 STs) Dr.ª Catarina Granadeiro (1 STs)

211 - Direito das Obrigações II – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde
Colaboradores	Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira (2 STs)

119 - Direito da Família – Dia A – S.1. (9 STs)	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	

119 - Direito da Família – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Colaboradores	Prof. Doutor Daniel Morais Prof.ª Doutora Sofia Henriques (4 STs)

119 - Direito da Família – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira
Colaboradores	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (1 ST)

4

--	--

220 - Direito das Sucessões – Dia A – S.2. (9 STs)	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	

220 - Direito das Sucessões – Dia B – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Colaboradores	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro Prof. Doutor Daniel Morais Prof. ^a Doutora Sofia Henriques

220 - Direito das Sucessões – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Margarida Silva Pereira
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Margarida Silva Pereira (1 ST)

2. Unidades curriculares opcionais

147 - Direito Comparado – Dia A – S.1. (4 STs + 1 ST em inglês)	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	

247 - Direito Comparado – Dia B – S.2. (4 STs + 1 ST em inglês)	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	

147 - Direito Comparado – Noite – S.1. (2 STs)	
Regente	Prof. Doutor Guilherme Dray

Colaboradores	
---------------	--

3.º ano

1. Unidades curriculares obrigatórias

117 - Direito Comercial I – Dia A – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

217 - Direito Comercial II/Sociedades Comerciais – Dia A – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

117 - Direito Comercial I – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	

217 - Direito Comercial II/Sociedades Comerciais – Dia B – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	

117 - Direito Comercial I – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	
Colaboradores	

h

--	--

217 - Direito Comercial II/Sociedades Comerciais – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão
Colaboradores	

139 - Direito Penal I – Dia A – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutora Fernanda Palma
Colaboradores	

239 - Direito Penal II – Dia A – S.2. (9 STs)	
Regente	Prof. Doutora Fernanda Palma
Colaboradores	

139 - Direito Penal I – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Colaboradores	

239 - Direito Penal II – Dia B – S.2. (9 STs)	
Regente	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Colaboradores	

5
A

139 - Direito Penal I – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutora Fernanda Palma
Colaboradores	

239 - Direito Penal II – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutora Fernanda Palma
Colaboradores	

112 - Direito Processual Civil I – Dia A – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor João Marques Martins

212 - Direito Processual Civil II – Dia A – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor João Marques Martins

112 - Direito Processual Civil I – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Colaboradores	

h
P

--	--

212 - Direito Processual Civil II – Dia B – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Colaboradores	

112 - Direito Processual Civil I – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre
Colaboradores	

212 - Direito Processual Civil II – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre
Colaboradores	

171 - Direito dos Contratos – Dia A – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque
Colaboradores	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (2 STs)

271 - Direito dos Contratos – Dia B – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque
Colaboradores	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (2 STs)

171 - Direito dos Contratos – Noite – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque
Colaboradores	

213 - Direito Reais – Dia A – S.2. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Sónia Santos Viana

113 - Direito Reais – Dia B – S.1. (8 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Sónia Santos Viana

213 - Direito Reais – Noite – S.2. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Colaboradores	

2. Unidades curriculares opcionais

271 - Direito dos Contratos II – Dia A – S.2. (3 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	

171 - Direito dos Contratos II – Dia B – S.1. (3 STs + 1 ST em inglês)	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	

--	--

271 - Direito dos Contratos II – Noite – S.2. (3 STs)	
Regente	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito
Colaboradores	

175 - Direito Marítimo – Dia A – S.1. (1 ST)	
Regente	Prof. Doutor Manuel Januário da Costa Gomes
Colaborador	Prof. Doutor Francisco Rocha

275 - Direito Marítimo – Dia B – S.2. (1 ST)	
Regente	Prof. Doutor Manuel Januário da Costa Gomes
Colaborador	Prof. Doutor Francisco Rocha

175 - Direito Marítimo – Noite – S.1. (1 ST)	
Regente	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves
Colaborador	

4.º ano

1. Unidades curriculares obrigatórias

127 - Direito do Trabalho I – Dia – S.1. (13 STs. + 1 ST em inglês)	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray (1 ST em Inglês) Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno

227 - Direito do Trabalho II – Dia – S.2. (14 STs + 1 ST em inglês)	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

h
P

Colaboradores	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray (1 ST em Inglês) Prof. ^a Doutora Cláudia Madaleno
---------------	---

127 - Direito do Trabalho I – Noite – S.1. (4 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Isabel Vieira Borges

227 - Direito do Trabalho II – Noite – S.2. (4 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Isabel Vieira Borges

133 - Direito Internacional Privado I – Dia – S.1. (13 STs)	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	Prof. Doutor João Gomes de Almeida (3 STs) Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra (3 STs)

233 - Direito Internacional Privado I – Noite – S.2. (4 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira
Colaboradores	Prof. Doutor João Gomes de Almeida (2 STs)

U
P

128 - Direito Processual Penal – Noite – S.1. (4 STs)	
Regente	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Colaboradores	

228 - Direito Processual Penal – Dia – S.2. (14 STs)	
Regente	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Colaboradores	

249 - Direito Processual Civil III – Dia – S.2. (14 STs)	
Regente	Prof. Doutor Rui Pinto
Colaboradores	

249 - Direito Processual Civil III – Noite – S.2. (4 STs)	
Regente	Prof. Doutor Rui Pinto
Colaboradores	

2. Unidades curriculares opcionais

233 - Direito Internacional Privado II – Dia – S.2. (1 ST)	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaborador	Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra

233 - Direito Internacional Privado II – Noite – S.2. (1 ST)	
Regente	Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira

Colaborador	Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra
-------------	------------------------------------

317 - Direito Comercial III – Dia – S.1. (5 STs)	
Regente	Prof. Doutor Manuel Januário da Costa Gomes
Colaboradores	

317 - Direito Comercial III – Noite – S.2. (1 ST)	
Regente	Prof. Doutor Manuel Januário da Costa Gomes
Colaborador	

xxx - Direito da Sociedade da Informação – Dia – S.2. (2 STs)	
Regente	Prof. Doutora Sofia Casimiro
Colaborador	

339 - Direito Penal III – Noite – S.1. (2 STs)	
Regente	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Colaborador/e s	

339 - Direito Penal III – Dia – S.2. (4 STs)	
Regente	Prof. ^a Doutora Helena Morão
Colaboradores	

h
h

GRUPO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DISTRIBUIÇÃO SERVIÇO DOCENTE

2023/2024
(VERSÃO DE 23.05.2023)

2.º Ciclo

I. Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Quadro n.º 37 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Probatório	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Contratação Pública	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I

84

Docente 1	
-----------	--

- Direito Processual Penal II – S. 1	
Turma A/D	
Turma B/D	
Turma C/N	

- Registos e Notariado – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde
Turma B/N	

- Direito Processual Civil Internacional I – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor João Marques Martins
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre

OPTATIVAS

- Direito Penal IV – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Alaor Leite
Turma B/N	

- Direito Probatório – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Temas Actuais Direito Probatório)
Turma B/N	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Temas Actuais Direito Probatório)

- Direito da Insolvência – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia

- Direito Processual do Trabalho I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

Quadro n.º 38 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECT S	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Justiça Constitucional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contencioso Administrativo e Tributário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Contencioso da União Europeia	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Contraordenações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATORIAS

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	
Docente 1	

- Direito Processual Civil V – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Pinto

Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
-----------	---------------------------------

OPTATIVAS

- Direito dos Menores/das Crianças – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Turma B/D	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira
Turma C/N	Prof. Doutor Daniel Morais
Turma D/N	Prof.ª Doutora Catarina Matos Salgado

- Direito Processual Civil Internacional II – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre

- Direito das Contraordenações – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B/N	

- Direito Processual do Trabalho II – S. 2	
Turma A	Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno

2. Especialidade de Direito da Empresa

Quadro n.º 40 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória

h
8

Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Comercial IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito das Sociedades Comerciais I – S. 1	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Madalena Perestrelo de Oliveira (Governo das sociedades)
Turma B/N	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira

- Direito Comercial IV – S. 1	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Catarina Monteiro Pires (Negócios sobre empresas e sobre participações sociais)
Turma B/N	Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Direito Industrial)

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito dos Valores Mobiliários II – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

- Direito da Arbitragem e da Mediação I – S. 1

Turma A/D	Prof. Doutora Catarina Matos Salgado
Turma B/N	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca

- Direito Bancário II – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia
Turma B/N	

- Direito dos Seguros II – S. 1	
Turma A/D	
Turma B/N	

- Direito da Insolvência (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Registos e Notariado (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Quadro n.º 41 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECT S	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito do Trabalho III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Tributação das Empresas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita

OBRIGATÓRIAS

- Direito das Sociedades Comerciais II – S. 2
--

Turma A/D	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Turma B/N	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão

- Direito do Trabalho III – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Conflitos colectivos: greve e lock-out)
Turma B/N	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (Direito Internacional do Trabalho)

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Contratos internacionais – S. 2	
Turma B/N	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira

- Direito da Arbitragem e da Mediação II – S. 2	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira
Turma B/N	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca

- Direito Financeiro – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro (Intermediação financeira)
Turma B/N	Prof. Doutor José Ferreira Gomes (Sociedades cotadas)

- Direito dos Transportes – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Daniel Silva Morais
Turma B/N	Prof. Doutor Daniel Silva Morais

3. Especialidade de Direito Penal

Quadro n.º 43 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Medida da Pena e Direito da Execução das Penas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Criminalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Justiça Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Introdução ao Direito da Concorrência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Medida da Pena e Direito da Execução das Penas – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Turma B/N	

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Direito Penal IV (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Direito Processual Penal II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Estudos de Criminalidade – S. 1	
Turma A	

- Justiça Internacional – S. 1	
Turma A	

- Introdução ao Direito da Concorrência – S. 1	
Turma A	

- **Direito das Sociedades Comerciais I (vide Especialidade de Direito da Empresa)**
- **Direito da Insolvência (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)**
- **Direito dos Valores Mobiliários II (vide Especialidade de Direito da Empresa)**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Contraordenações ou Direito Penal Económico ou Direito Penal Médico ou Direito Penal Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Jurisprudência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Penal e Processual Penal Comparado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Concorrência Avançado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Penal V – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

Turma B/N	Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito
-----------	---

- Direito Processual Penal III – S. 2	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito (Processo Penal da Pessoa colectiva)
Turma B/N	Prof.ª Doutora Helena Morão (Recursos Penais)

- Direito das Contraordenações – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B/N	

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Estudos de Jurisprudência – S. 2	
Turma A	Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito

- Direito Penal e Processual Penal Comparado – S. 2	
Turma A	Prof.ª Doutora Helena Morão

- Direito da Concorrência Avançado – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	
Turma B/N	

- Direito das Sociedades Comerciais II (vide Especialidade de Direito da Empresa)
- Direito dos Menores (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

h
h

4. Especialidade de Direito Civil

Quadro n.º 46 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito dos Contratos III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito da Responsabilidade Civil	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito da Família e das Sucessões	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito dos Contratos III – S. 1	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei
Turma B/N	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

- Direito da Responsabilidade Civil – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde
Turma B/N	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde

- Direito da Família e das Sucessões – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Turma B/N	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

8ⁿ

OPTATIVAS

- **Direito dos Seguros II (vide Especialidade de Direito da Empresa)**
- **Direito Bancário II (vide Especialidade de Direito da Empresa)**

Quadro n.º 47 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direitos Reais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito de Personalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Expropriações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direitos Reais II – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Direito dos Animais, Direitos Reais Administrativos)
Turma B/N	Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra (Defesa dos direitos reais)

- **Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)**
- **Direito dos Menores (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)**

OPTATIVAS

- Direito de Personalidade – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

Turma B/N	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
-----------	------------------------------------

- Direito dos Transportes (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

5. Especialidade de Direito dos Transportes

Quadro n.º 52 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Portuário e Aeroportuário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo II – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Institutos de Direito Marítimo)
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Institutos de Direito Marítimo)

- Direito Aéreo I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (Direito Aéreo Institucional)

- Direito dos Transportes Terrestres I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Daniel Morais

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito Portuário e Aeroportuário – S. 1	
Turma A	

- Direito dos Seguros (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

Quadro n.º 53 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECT S	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Negócios	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo III – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Transporte Marítimo)
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Transporte Marítimo)

- Direito Aéreo II – S. 2	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (Direito Aéreo Material)

- Direito dos Transportes Terrestres II – S. 2	
Turma A	Prof. Doutor Daniel Morais

h

--	--

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito Comparado II – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Direito Constitucional do Trabalho Comparado)
Turma B/N	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Direito Constitucional do Trabalho Comparado)

- Direito Processual Civil Internacional II – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre

II. Mestrado em Direito & Gestão

1.º Ano / 1.º semestre	
- Direito Societário e Responsabilidade / Corporate Law and Liability	
40 h T/P	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves
- Direito do Trabalho / Labour Law	
40 h T/P	Prof. Doutor Guilherme Dray / Prof.ª Doutora Isabel Borges
- Direito Sancionatório Público e Compliance / Public Sanctioning Law and Compliance	
40 h T/P	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

III. Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica	
Docente 1	Prof. Doutor Daniel Morais (S. 1)

- Direito Civil I	
Turma A	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro / Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei
Turma B	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (S.1) e Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira (S.2) (Problemas jurídicos suscitados pela utilização da internet no âmbito do Direito Civil)
Turma C	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão / Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde (Direito da Responsabilidade Civil)
Turma D	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof.ª Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)

5
8

- Direito Civil II	
Turma A	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva (Responsabilidade civil: tutela colectiva e estrutural)

- Direito Civil III	
Turma A	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro / Prof. Doutor Daniel Silva Morais (Efeitos patrimoniais dos vínculos familiares no Direito Civil)

- Direito Comercial I	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Direito dos Seguros)

- Direito das Sociedades Comerciais I	
Turma A	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque / Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira

- Direito Comercial Internacional	
Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (Contratos comerciais internacionais)
Turma B	Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires (Contratos internacionais e arbitragem internacional)

- Direito Marítimo	
Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Créditos marítimos)

- Direito Bancário	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

- Direito dos Seguros	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Contrato de seguro)

- Direito dos Valores Mobiliários	
Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

ph

--	--

- Direito Processual Civil I	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Ativismo Processual)
Turma B	Prof. Doutor Rui Pinto / Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra (Limites objetivos do caso julgado)
Turma C	Prof. Doutor Isabel Alexandre (Processo civil e Constituição)
Turma D	Prof. ^a Doutora Paula Meira Lourenço (Execução Equitativa)

- Direito da Insolvência	
Turma A	

- Direito Penal I	
Turma A	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma / Prof. Doutor António Neves
Turma B	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes / Prof. Doutor Alaor Leite
Turma C	

- Direito Penal II	
Turma A	

- Direito Processual Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes / Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B	Prof. Doutora Inês Ferreira Leite
Turma C	

- Criminologia	
-----------------------	--

5
#

Turma A	Prof. Doutora Inês Ferreira Leite
---------	-----------------------------------

- Direito do Trabalho	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez / Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
Turma B	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

- Direito Processual do Trabalho	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

- Direito de Autor e da Sociedade da Informação	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira

- Direito da Propriedade Industrial	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Problemas atuais da Propriedade Industrial)

- Direito Privado do Ambiente	
Turma A	

- Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente	
Turma A	

- Direito Comparado	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. ^a Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)

- Filosofia do Direito	
Turma A	Prof. ^a Doutora Fernanda Palma

- Teoria da Justiça e o Problema da Verdade	
Turma A	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma

3.º Ciclo

Curso de Doutoramento

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica (Turma conjunta com o MDCJ)	
Docente 1	Prof. Doutor Daniel Morais

- Direito Civil I (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro / Prof. Doutora Maria Raquel Rei
Turma B	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (S.1) e Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira (S.2) (Problemas jurídicos suscitados pela utilização da <i>internet</i> no âmbito do Direito Civil)
Turma C	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão / Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde (Direito da Responsabilidade Civil)
Turma D	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. ^a Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)
Turma E	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva (Responsabilidade civil: tutela colectiva e estrutural)

- Introdução ao Direito Privado	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos / Prof. Doutor João Pedro Marchante

- Responsabilidade Civil Extracontratual	
Turma A	Prof. Doutor João Marques Martins / Prof. Doutora Cláudia Madaleno

- Direito Comercial (Turma conjunta com o MDCJ)	
--	--

5
8

Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Direito dos Seguros)
---------	--

- Direito Comercial Internacional (Turmas conjuntas com o MDCJ)

Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (Contratos comerciais internacionais)
Turma B	Prof. Doutor Catarina Monteiro Pires (Contratos internacionais e arbitragem internacional)

- Direito Marítimo (Turma conjunta com o MDCJ)

Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Créditos marítimos)
---------	--

- Direito das Sociedades Comerciais I (Turma conjunta com o MDCJ)

Turma A	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
---------	---

- Direito Bancário (Turma conjunta com o MDCJ)

Turma A	
---------	--

- Direito dos Seguros

Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Contrato de Seguro)
---------	---

- Direito dos Valores Mobiliários

Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro
---------	---

- Direito Processual Civil I (Turmas conjuntas com o MDCJ)

Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Turma B	Prof. Doutor Rui Pinto / Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra (Limites objetivos do caso julgado)
Turma C	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre (Processo civil e Constituição)

h

- Direito da Insolvência	
Turma A	

- Direito do Trabalho (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez / Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
Turma B	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

- Direito Processual do Trabalho (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

- Direito Penal I (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. ^a Doutora Fernanda Palma / Prof. Doutor António Neves
Turma B	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes / Prof. Doutor Alaor Leite
Turma C	

- Direito Penal II	
Turma A	

- Direito Processual Penal I	
Turma A (Turma separada do MDCJ)	Prof. Doutor Kai Ambos / Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Turma B (Turma conjunta com o MDCJ)	Prof. ^a Doutora Inês Ferreira Leite
Turma C	

5

- Criminologia (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite

- Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente	
Turma A	

- Direito Comparado (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)

- Direito da Propriedade Industrial (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Problemas atuais da Propriedade Industrial)

- Direito de Autor e da Sociedade de Informação (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira

- Filosofia do Direito (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof.ª Doutora Fernanda Palma

- Teoria da Justiça e o Problema da Verdade (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof.ª Doutora Fernanda Palma



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

h
\$

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS JURÍDICO- ECONÓMICAS ANO LETIVO 2023/2024

MESTRADOS E DOUTORAMENTO

MESTRADO EM DIREITO E GESTÃO

Tributação de Empresas S.1
Carlos Lobo
Contratação S.1
Nuno Cunha Rodrigues
Direito dos Mercados Financeiros* S.1
Rute Saraiva
Direito da Concorrência* S.1
Miguel Moura e Silva

* UCs optativas

Lecionação intensiva: 3 semanas
2 semanas c/ 20h (40h de lecionação)
Avaliação realizada na 3ª semana



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano / 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Guilherme W. Oliveira Martins
Contratação Pública e Concorrência	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Miguel Sousa Ferro) Regulação Financeira (Rute Saraiva)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano / 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Rute Saraiva
Finanças Locais e Regionais	Guilherme W. Oliveira Martins
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais) Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Regulação das Indústrias de Rede (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Guilherme Oliveira Martins) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5
P

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano / 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Paula Rosado Pereira
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação	Paula Rosado Pereira
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (2 turmas)	Rute Saraiva
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W. Oliveira Martins) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Miguel Sousa Ferro) Regulação Financeira (Rute Saraiva) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	
DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano / 2º semestre	
Tributação das Empresas	Gustavo Courinha
Integração Fiscal Negativa na UE	Paula Rosado Pereira
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (2 turmas)	Miguel Patrício
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Guilherme W. Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano / 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Moura e Silva
Teoria Geral da Regulação Económica	Miguel Sousa Ferro
Regulação Financeira	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W. Oliveira Martins) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano / 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Carlos Lobo
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Rute Saraiva) Finanças Locais e Regionais (Guilherme W. Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Guilherme W. Oliveira Martins) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Direito da Concorrência e da Regulação dos Mercados da Energia (Curso de Mestrado de Ciências Jurídico-Políticas) – Carlos Lobo

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

h
/

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire

Direito da Concorrência – Miguel Sousa Ferro (S.1) / Miguel Moura e Silva (S.2)

Economia – Fernando Araújo

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Nazaré Costa Cabral (S.1) / Guilherme W. Oliveira Martins (S.2)

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado (S1) / Paula Rosado Pereira (S.2)

Direito Fiscal Europeu – Carlos Lobo

Direito Fiscal Internacional – Paula Rosado Pereira

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais (S.1) / Rute Saraiva (S.2)

Direito Internacional Económico e do Investimento – Miguel Patrício

Políticas Públicas e Governação – Nazaré Costa Cabral (S.2) / Guilherme W. Oliveira Martins (S.1)

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire

Direito da Concorrência – Miguel Sousa Ferro (S.1) / Miguel Moura e Silva (S.2)

Economia – Fernando Araújo

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Nazaré Costa Cabral (S.1) / Guilherme W. Oliveira Martins (S.2)

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado (S1) / Paula Rosado Pereira (S.2)

Direito Fiscal Europeu – Carlos Lobo

Direito Fiscal Internacional – Paula Rosado Pereira

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Miguel Patrício

Políticas Públicas e Governação – Nazaré Costa Cabral (S.2) /
Guilherme W. Oliveira Martins (S.1)

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)

PARECER

A. Considerandos:

- 1 A Doutora Paula Meira Lourenço, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com contrato suspenso por imposições legais, requereu a avaliação específica da actividade desenvolvida no período experimental contado desde 30 de Outubro de 2018, tendo em vista a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- 2 A Requerente, nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente, juntou o *Curriculum Vitae*, com 46 páginas, e o Relatório de Atividades, com 16 páginas.
- 3 Por deliberação do Conselho Científico foi solicitado aos signatários a formulação de um parecer sobre o requerimento apresentado pelo Doutora Paula Meira Lourenço.

B. Apreciação:

- 4 Do *Curriculum Vitae* resulta que a Doutora Paula Meira Lourenço, sinteticamente:
 - a. Licenciou-se na FDUL, em 1998, com a classificação final de 16 valores;
 - b. Obteve o grau de mestre em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de Ciências Jurídicas, em 2003, com a classificação de Bom com Distinção;
 - c. Concluiu o doutoramento na Universidade de Lisboa em 30 de Outubro de 2018;
 - d. Publicou duas monografias, uma das quais em co-autoria;
 - e. Publicou, em co-autoria, duas obras de carácter didáctico;
 - f. Concluiu 33 capítulos de livros e artigos (seis durante o período experimental); as publicações incidem fundamentalmente sobre processo executivo, alterações legislativas na área do processo civil e profissões judiciárias;
 - g. Além das funções docentes – a ponderar na análise do Relatório –, participou em diversos colóquios e seminários como oradora, contando-se nove intervenções durante o período experimental, três das quais em conferências internacionais;
 - h. Como actividades académicas ou relacionadas com a Faculdade, é investigadora do Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP);

- i. É membro do Conselho Científico da Union Internationale des Huissiers de Justice;
- j. Tomou recentemente posse como presidente da Comissão Nacional da Protecção de Dados.

5 Do Relatório de Actividades, seleccionando as informações prestadas, decorre que a Requerente, no quinquénio em análise:

- a. Desempenhou, no período experimental, funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na Disciplina de Direito Processual Civil do Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica;
- b. Participou no período experimental em uma prova de Doutoramento e foi arguente em três provas de Mestrado.

C. Conclusão:

- 6 Os Relatores consideram que, atendendo ao acima referido e não esquecendo a sua muito particular situação na Faculdade, a Requerente mostra especial mérito na competência, aptidão pedagógica e actualização de que deu provas durante o período experimental.
- 7 Pelo exposto, entendem os Relatores que o requerimento, apresentado pela Doutora Paula Meira Lourenço deve ser deferido, mantendo a Requerente a contratação por tempo indeterminado.

Lisboa, 24 de Maio de 2023

M. Teixeira de Sousa

Miguel Teixeira de Sousa

Paula Costa e Silva

Paula Costa e Silva

6
8

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Cátia Alexandra Carraça Ala da Silva Nº: 65417	O Impacto da COVID-19 na execução dos contratos públicos; Em especial o âmbito de aplicação do conceito força maior, "fait du prince" e alteração das circunstâncias	Prof.(a) Doutor(a) Lourenço Bandeira Manoel Vilhena de Freitas	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Assis Raimundo



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**Mestrado Bolonha em Direito e Ciência Jurídica
Especialidade de Direito da União Europeia**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Daniella Rasera Chieretto Nº: 60548	Prof.(a) Doutor(a) Maria Luisa Conceição Duarte	Integridade Pública e Medidas Anticorrupção: Contributos da Experiência Europeia à Luz do Direito Fundamental à Boa Governança Pública	O ESTADO DE DIREITO SOB AMEAÇA E O REGIME GERAL DE CONDICIONALIDADE PARA A PROTEÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Serviço Académico
23 de maio de 2023

**Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação/Estágio
Conclusão da parte escolar no 1.º semestre do ano letivo 2022-2023,
com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
65398	Andryellen Inacio da Costa	Assistência a arbitragens localizadas no estrangeiro à luz do ordenamento jurídico português	Tiago Prata Antunes Soares da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
43272	Daniel Joao Nunes Modesto Pinto	A Natureza do Recurso de Revisão	Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65493	Florian Leichtenmüller	Os Corredores Humanitários e a sua importância em situação de conflitos	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
56248	Helena Da Silva Tavares	Impactos da política para a economia circular no regime jurídico de reciclagem de baterias	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
64134	Jéssica Oliveira Vieira	Responsabilidade penal de entes coletivos: limites subjetivos, em especial, o exercício de prerrogativas de poder público	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
52477	Joel Augusto Torres Cosme	A legitimidade da Liberdade Condicional "Ope Legis"	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
58527	Leandro Rocha Teixeira Lima	<i>Common Ownership</i> : riscos anticoncorrenciais e potenciais soluções	Miguel José Pinto Tavares Moura e Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
65500	Marcelo Malam Djassi	Eliminação da Dupla Tributação no Espaço UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africano)	Carlos Manuel Baptista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
65775	Maria Inês Costa Teixeira	Práticas Tradicionais Nefastas para os Direitos das Mulheres à Luz dos Instrumentos Internacionais de Proteção de Direitos Humanos	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
46574	Maria João da Silva Almeida Semedo	A Renovação da Prova no Processo Penal	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
49891	Mariana Pires Martins	A evolução jurídica da gestão de substituição na ordem jurídica portuguesa	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa (Orientadora) Sofia Henriques (Coorientadora)	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65757	Samora Moisés Spencer Rodrigues Monteiro	Desconcentração Administrativa e Administração Pública em Linha	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59132	Simão Matias Martins Carvalho Pereira *	O pagamento antecipado do prémio do contrato de seguro	Francisco Barros Ferreira Rodrigues Rocha	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
65782	Victor Emanuel Fradique Accioly Fontenele	Combate ao Trabalho Escravo e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação

Observações:

* Quanto ao mestrando Simão Matias Martins Carvalho Pereira (n.º 59132) foi apresentada a fundamentação do orientador, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento (Despacho n.º 8673/2021).



Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	61843	Marina Goulart de Queiroz	14/04/2023	A Consideração da Jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos pelo Tribunal Penal Internacional e o respectivo Impacto sobre os Direitos do Investigado e do Acusado	Prof.(a) Doutor(a) Maria José Reis Rangel Mesquita	Prof.(a). Doutor(a) Maria Luisa Duarte (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Maria José Rangel de Mesquita (orientadora) Prof.(a). Doutor(a) Heloísa Oliveira (arguente) Prof.(a). Doutor(a) Helena Morão
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	64139	Beatriz Araujo Prizo da Silva	13/04/2023	UMA PANORAMA REALISTA EM TEMPOS DE COVID-19.	Prof. Doutor Luis Pedro Dias Pereira Coutinho	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Presidente) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (orientador) Prof. Doutor Kafft Kosta (arguente) Prof.(a). Doutor Filipe Arede Nunes
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	60003	Natália Silveira Gualdi Cardoso	27/04/2023	As súbitas alterações da jurisprudência consolidada do STF brasileiro e o seu reflexo no princípio da segurança jurídica	Prof. Doutor Vitalino José Ferreira Prova Canas	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Presidente) Prof. Doutor Vitalino Canas (orientador) Prof. Doutor Jorge Silva Sampaio (arguente) Prof. Doutor Jorge Silva Santos
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	62052	João Bosco Euclides da Silva	17/04/2023	O exercício do direito de regresso entre entes públicos: pressupostos e limites	Prof.(a) Doutor(a) Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Carla Amado Gomes (orientadora) Prof. Doutor Marco Caldeira (arguente) Prof.(a). Doutor (a) Catarina Monteiro Pires
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	48193	Paulo Fernando Simões Ramos	17/04/2023	O direito de protecção consular no Direito Administrativo Europeu: Contributo para a análise da dimensão jurídico-administrativa da cidadania europeia	Prof. Doutor Rui Manuel Tavares Lanceiro	Prof.(a). Doutor(a) Maria Luisa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Jaime Valle (arguente) Prof. Doutor Rui Lanceiro (orientador) Prof. Doutor João Gomes de Almeida
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	61799	Fabiana Sereno Papacena	13/04/2023	LIMITES E PODERES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO DIREITO BRASILEIRO	Prof. Doutor João Tiago Valente Almeida da Silveira	Prof. Doutor João Miranda (Presidente) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (arguente) Prof. Doutor João Tiago Silveira (orientador) Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	62030	Thaianne Sousa Santana	14/04/2023	A influência do poder de agentes religiosos no processo eleitoral, a luz do princípio da separação das Igrejas do Estado no Direito Constitucional Português e Brasileiro	Prof.(a) Doutor(a) Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Prof. Doutor David Duarte (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Margarida Oliveira Martins (orientador) Prof. Doutor Vitalino Canas (arguente) Prof.(a). Doutor(a) Susana Videira
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	61903	Jordano Berto Girondi	11/04/2023	O papel ativo das cortes constitucionais na vida política: funções e limites da intervenção judicial	Prof. Doutor Rui Manuel Tavares Lanceiro	Prof.(a). Doutor(a) Maria José Rangel de Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Rui Lanceiro (orientador) Prof. Doutor Ricardo Branco (arguente) Prof. Doutor Vitalino Canas
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	59857	Evandro Nakad Calijuri	02/05/2023	Conflitualidade entre os princípios da saúde e da privacidade em épocas de calamidade pública	Prof.(a) Doutor(a) Claudia Sofia Oliveira Dias Monge	Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Claudia Monge (orientadora) Prof. Doutor Marco Caldeira (arguente) Prof.(a). Doutor(a) Paula Meira Lourenço
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	59867	Cinara Correa Rocha Calijuri	02/05/2023	Tutela do Direito Fundamental à Saúde Pública	Prof.(a) Doutor(a) Claudia Sofia Oliveira Dias Monge	Prof. Doutor Eduardo Correia Batista (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Cláudia Monge (orientadora) Prof.(a). Doutor(a) Sandra Lopes Luis (arguente) Prof.(a). Doutor(a) Rute Saraiva
Ciência Jurídica	Direito da União Europeia	51097	Rafael Dinis Oliveira Afonso	02/05/2023	A Saída de um Estado-membro da União Europeia	Prof.(a) Doutor(a) Ana Maria Guerra Martins	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente) Prof.(a). Doutor(a) Ana Guerra Martins (orientadora) Prof. Doutor Rui Lanceiro (arguente) Prof. Doutor Pedro Infante Mota

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	57882	Neti da Silva	03/05/2023	Agilização Processual no Contencioso Pré-contratual urgente na Guiné-Bissau	Prof. Doutor João Tiago Valente Almeida da Silveira	Prof(a). Doutor(a) Carla Amado Gomes (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Ana Gouveia Martins (arguente) Prof. Doutor João Tiago Silveira (orientador) Prof. Doutor Marco Caldeira
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	62469	Letícia de Santis Mendes de Farias Mello	09/05/2023	Constitucionalismo privado e moderação de conteúdo por plataformas de mídia social	Prof. Doutor Carlos Manuel Almeida Branco Moraes	Prof. Doutor Paulo Otero (Presidente) Prof. Doutor Branco de Moraes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Raquel Bráida Castro (arguente) Prof(a). Doutor(a) Miriam Brigas
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	60019	Dayane Fernandes Messias	02/05/2023	A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DAS RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DE CRISE NA SAÚDE PÚBLICA	Prof.(a) Doutor(a) Cláudia Sofia Oliveira Dias Monge	Prof(a). Doutor(a) Maria João Estorninho (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Miguel Prata Roque (arguente) Prof(a). Doutor(a) Cláudia Monge (orientadora) Prof(a). Doutor(a) Hugo Ramos Alves
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	58734	Vinicius Silva do Lameiro	05/05/2023	Estudos Críticos sobre Interpretação Constitucional: A Impossibilidade de Aplicação Casulística de uma Metodologia	Prof. Doutor Luis Miguel Prieto Nogueira Brito	Prof. Doutor Branco de Moraes (Presidente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (orientador) Prof. Doutor Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Miguel Romão
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	63839	Rodrigo Fernandes da Silva	04/05/2023	Uma leitura constitucional das causas de não adjudicação no Código dos Contratos Públicos	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Presidente) Prof. Doutor Miguel Raimundo (orientador) Prof. Doutor Pedro Sánchez (arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	63852	Maria Rafaela Augusto Rolim	19/04/2023	O Princípio do Aproveitamento do Acto Administrativo	Prof.(a) Doutor(a) Francisco Paes Silva Marques	Prof(a). Doutor(a) Ana Neves (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Francisco Paes Marques (orientador) Prof(a). Doutora Sandra Lopes Luis (arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	58481	César Manuel Santos Ramos Guedes de Andrade	04/05/2023	Salvaguarda do património cultural arquitetónico no Direito do Urbanismo	Prof.(a) Doutor(a) João Pedro Oliveira Miranda	Prof(a). Doutor(Miguel Nogueira Brito (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (orientador) Prof(a). Doutor Jorge Silva Sampaio (arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	63878	Joelma Santos Silva	18/04/2023	O Direito a Liberdade de Expressão versus Fake News sobre a pandemia de Sars-CoV- 2 no Brasil.	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Brito Veiga Moniz Lopes	Prof(a). Doutor David Duarte (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Pedro Moniz Lopes (orientador) Prof(a). Doutor(a) Pedro Lomba (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	59691	Valquíria Nascimento Gomes Azevedo	18/04/2023	O princípio da interoperabilidade na administração Pública	Prof.(a) Doutor(a) Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Presidente) Prof(a). Doutora Ana Neves (orientadora) Prof(a). Doutora Alexandra Leitão (arguente)
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	64297	Maria Inês Rodrigues de Sousa Varajao	17/04/2023	International Law for Cybercrime	Prof.(a) Doutor(a) Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Ana Isabel Soares Pinto (orientadora) Prof. Doutor Rui Lanceloro (arguente)
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	39404	Hélder Válter Correia de Sena	08/05/2023	Refugiados climáticos - A perspectiva do Direito Internacional	Prof.(a) Doutor(a) Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Prof(a). Doutora Maria José Rangel Mesquita (Presidente) Prof(a). Doutor Fernando Loureiro Bastos (orientador) Prof(a). Doutora Ana Rita Gil (arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	41076	Emaus Jose Lourenço da Silva	10/05/2023	Implementação das Autarquias Locais em Angola	Prof.(a) Doutor(a) João Pedro Oliveira Miranda	Prof(a). Doutor Fernando Loureiro Bastos (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (orientador) Prof. Doutor Jaime Valle (arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	58044	Renato Peral de Noronha	09/05/2023	A alteração de circunstâncias no decurso do procedimento de formação de contratos públicos	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Presidente) Prof. Doutor Miguel Raimundo (orientador) Prof.(a) Doutora Mafalda Carmona (arguente)
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	57324	Maria da Luz Gomes Carvalho Semedo de Aguiar	10/05/2023	Ciberataques e as Obrigações do Estado na Defesa dos Direitos Humanos, em especial à luz da CEDH	Prof.(a) Doutor(a) Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Prof(a). Doutor(a) Maria José Mesquita (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Rui Guerra da Fonseca (orientador) Prof(a). Doutor(a) Ana Soares Pinto (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

5
✗

Master in Law and Management | Candidaturas 2023-24

Este documento contém dados estatísticos relativos às candidaturas 2023-24



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Candidaturas Master in Law and Management 2023-24

Índice Geral

1. Introdução.....	3
2. Períodos de candidatura por ano civil.....	3
3. Total de candidaturas.....	3
4. Total de candidaturas por nacionalidade.....	3
5. Informação matriculados	4
a) Nacionalidade.....	4



Candidaturas Master in Law and Management 2023-24

1. Introdução

O presente documento visa fornecer uma análise das candidaturas no Mestrado em Direito e Gestão.

2. Períodos de candidatura por ano civil

Fase	Data de Início	Data de Fim
1	17/12/2022	16/03/2023
2	15/04/2023	08/07/2023

3. Total de candidaturas

Fase	Total	N.º de Colocados
1	27	21
2*	6	--
Total Geral	33	

Fonte: Fénix, 24-05-2023

* Fase a decorrer

4. Total de candidaturas por nacionalidade

Nacionalidade	Total
Brasil	8
Portugal	7
Paquistão	3
China	2
Nigéria	2
Rússia	2
Alemanha	1
Angola	1
Bangladesh	1
Colômbia	1
Equador	1
Hungria	1
Itália	1
Perú	1
Turquia	1
Total Geral	33

Fonte: Fénix, 24-05-2023



Candidaturas Master in Law and Management 2023-24

5. Informação matriculados

Findo o período de candidaturas da 1.ª fase e da divulgação dos resultados, os candidatos colocados são convidados a realizar a sua matrícula para, assim, ocuparem a sua vaga. Nesta fase do processo é habitual existirem candidatos que, pelas mais variadas razões, não realizam a matrícula e, em consequência, não ocupam a vaga. Estas serão posteriormente disponibilizadas para a 2.ª fase de candidaturas. Recorde-se que este ano foram disponibilizadas 25 vagas no total das duas fases de candidatura. A acreditação na A3ES estipulou um limite máximo de 40 admissões para este ciclo de estudos.

a) Nacionalidade

Nacionalidade	Total
Alemanha	1
Brasil	5
China	2
Colômbia	1
Nigéria	1
Paquistão	1
Portugal	3
Total Geral	14

Fonte: Fénix, 24-05-2023

Nota: dos 21 colocados 14 alunos procederam à matrícula

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
65741	Adriana Lília Vidigal Soares de Andrade	LIMITES À DECISÃO CONSTITUINTE	Luís Miguel Prieto Nogueira Brito	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,00	Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Internacional Público e Europeu	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal)	17 valores	2016	A responsabilidade internacional por atos das empresas militares e de segurança privada
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	16						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	17						
					Seminário de Investigação de História da Justiça	18						
48155	Alessandra Fonseca de Carvalho	A DUPLA DIMENSÃO DA RENÚNCIA A DIREITOS FUNDAMENTAIS: EXERCÍCIO E RESTRIÇÃO	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	15,40	Mestrado em Direito - Perfil: Direitos Fundamentais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2016	Direitos Sociais e as omissões dos Poderes Públicos
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de Direitos Fundamentais	16						
66509	Ana Isabel Moreira Maia	O RETRATO DO CONCEITO JURÍDICO DE LUCRO: O epílogo da relação siamesa estabelecida entre o IRC e a Contabilidade	Carlos Manuel Baptista Lobo	Direito Fiscal	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	16,00	Mestrado em Direito, com especialização em Direito Fiscal	Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto (Portugal)	16 valores	2020	A Neutralização da Construção Abusiva: Das questões inerentes ao procedimento de aplicação da cláusula geral antiabuso
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal	15						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Europeu	17						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Económico e do Investimento	16						
65747	Andréa Galhardo Palma	Os efeitos da Insolvência na Arbitragem: um estudo de Direito Comparado	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Ciências Jurídico-Empresariais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	15,40	Master of Laws	Penn State: The Pennsylvania State University (EUA)	sem indicação	2017	Brazilian Judicial Power in Arbitration Issues. Comparative approach with FAA
					Seminário de Investigação de Direito Comercial I	16						
					Seminário de Investigação de Direito do Trabalho	14						
					Seminário de Investigação de Direito Civil II	16						
65737	Bruno Bueno Assalin	Da sentença ao tratado: uma proposta de estruturação positivista dos múltiplos níveis do contínuo processo de construção constitucional	Carlos Manuel Almeida Blanco Morais	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,60	Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Constitucional	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal)	17 valores	2021	Uma teoria positivista da Constituição: uma investigação acerca do papel dos Poderes Constituídos na fundamentação da autoridade da Constituição
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	17						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	18						
					Seminário de Investigação de Sociologia Jurídica	18						

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
57776	Carmela Arianna Martone	CRÍTICA DA RAZÃO PRISIONAL. Reflexões filosófico – jurídicas em torno da pena de prisão e da sua necessidade	Miguel José Lopes Romão	Teoria do Direito	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,60	"Magistrale" Degree in Law	Università degli Studi di Napoli Federico II (Itália)	Mark of 106/110 (média convertida: 19,27 valores)	2021	CIVIL DISOBEDIENCE AND PROFESSIONAL DEONTOLOGY
					Seminário de Investigação de Filosofia do Direito	18						
					Seminário de Investigação de Teoria do Direito	18						
					Seminário de Investigação de História das Ideias Políticas	17						
65217	Dirceu Giglio Pereira	ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA DE PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DO DIREITO COMPARADO: ALTERNATIVAS PARA A CORREÇÃO PARCIAL DE DISFUNCIONALIDADES DO MODELO BRASILEIRO	Domingos Miguel Soares Farinho	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	15,80	Mestrado em Ciências - Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito	Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Brasil)	Conceito final A (Excelente)	2017	Parques tecnológicos: das diferentes formas de organização jurídica e suas repercussões no atingimento dos objetivos institucionais
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de Políticas Públicas e de Governação	17						
65206	Fernando Cruz Natali *	A CONCILIAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A VIDA FAMILIAR NA ERA DIGITAL	Maria Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Ciências Jurídico-Empresariais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	15,40	Bacharelado em Direito	Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)	Coeficiente de rendimento acumulado: 9,110 (média convertida 18,22 valores)	2003	n/a
					Seminário de Investigação de Direito Comercial I	16						
					Seminário de Investigação de Direito do Trabalho	14						
					Seminário de Investigação de História da Justiça	16						
65745	Filipe Sérgio Gomes Adolfo	A FORMAÇÃO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NA PROVÍNCIA PORTUGUESA DE ANGOLA NO PERÍODO DE 1878 A 1962	Ana Margarida Pires Seixas	História do Direito	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,00	Mestrado em Direito, na área de Ciências Jurídico-Civis	Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola)	17 valores	2019	O Domínio Útil Consuetudinário
					Seminário de Investigação de Direito Romano	18						
					Seminário de Investigação de História do Direito	15						
					Seminário de Investigação de História do Direito Privado	18						
56413	Gilson Dias de Araujo Filho	FACTO, OPINIÃO E (DES)INFORMAÇÃO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA REGULAMENTAÇÃO NA ERA DIGITAL	João Miguel Range Prata Roque	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	15,20	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Políticas	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2021	Sistema Político sob uma visão transnacional
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de Direito de Autor e da Sociedade da Informação	15						

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
65207	Juliana Costa Barboza de Castro	A INTERFERÊNCIA DO PODER RELIGIOSO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DEMOCRÁTICO: CONSTITUCIONALISMO, LEGITIMAÇÃO E PROCESSO ELEITORAL	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	15,80	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Ordem Jurídica Constitucional	Universidade Federal do Ceará (Brasil)	Média Final: 8.78 (média convertida: 17,56)	2019	A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: ANÁLISE DA CASSAÇÃO DE MANDATOS POR ABUSO DE PODER ECONÓMICO
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	14						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	17						
					Seminário de Investigação de História das Ideias Políticas	16						
52093	Kepler Gomes Ribeiro	JURISDIÇÃO E RISCO HIGH-TECH: SOCIEDADE ALGORÍTMICA, TRANSCONSTITUCIONALISMO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira Silva	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,40	Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Ambientais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2018	A Força Político-Normativa da Nova Agenda-ONU Para as Cidades: O Mecanismo e a Fundamentalidade da Avaliação Ambiental Estratégica Para a Implementação do Programa ONU-HABITAT III No Brasil
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	16						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	16						
					Seminário de Investigação de Direitos Fundamentais	17						
65212	Leidson Rangel Oliveira Silva	O IMPOSTO MÍNIMO GLOBAL E OS INCENTIVOS FISCAIS NA ERA PÓS-GLOBE: UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito Fiscal	Metodologia de Investigação Científica Avançada	18	18,00	Mestrado em Direito - Área: Ciências Jurídicas	Universidade Católica de Brasília (Brasil)	sem indicação	2017	MEDIDAS PROVISÓRIAS TRIBUTÁRIAS E EMENDAS PARLAMENTARES: AFERIÇÃO DO REQUISITO CONSTITUCIONAL DA PERTINÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICO A PARTIR DOS ELEMENTOS DA NORMA TRIBUTÁRIA EM SENTIDO ESTRITO
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal	18						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Europeu	18						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Internacional	18						
59921	Leonardo Castro De Bone	PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA Problemas jurídicos de hoje e os que as novas tecnologias reprodutivas prenunciam	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Ciências Jurídico-Civis	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,30	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Direito Civil	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2021	A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: Do Acordo de Vontades à Solução dos Problemas Jurídicos que Suscita
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	17						
					Seminário de Investigação de Direito Processual I	17						
					Seminário de Investigação de Direito Civil III	18						
55078	Leonardo Pache de Faria Cupello	CULPA NO DIREITO PENAL SECUNDÁRIO: VALORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE NOS DELITOS ECONÓMICOS	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira (Orientadora) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão (Coorientadora)	Ciências Jurídico-Criminais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	15	15,60	Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2005	Discussão sobre a ingerência do Estado ao Direito de Privacidade do Réu no Processo Penal
					Seminário de Investigação de Direito Penal I	16						
					Seminário de Investigação de Direito Processual Penal I	15						
					Seminário de Investigação de Filosofia do Direito	16						

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
65220	Maria Amélia Renó Casanova	OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS - ESTUDO COMPARADO BRASIL, PORTUGAL E ALEMANHA	João Pedro Oliveira Miranda	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	15,70	Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação, Cultura e Tecnologia	Universidade Federal do Paraná (Brasil)	sem indicação	2012	Educação para a Cidadania Socioambiental: Estudo numa Escola Pública Estadual do Ensino Fundamental do Município de Curitiba, PR
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de Sociologia Jurídica	17						
65213	Marina Azevedo Schubert	SENTENCING E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O USO DA IA COMO SUPORTE PARA O PROCESSO DE DOSIMETRIA DA PENA	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Ciências Jurídico-Criminais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	18	16,80	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito Penal e Liberdades Públicas	Universidade Federal da Bahia (Brasil)	Média de 9,6 (média convertida: 19,2 valores)	2021	JUZOS DE REPROVAÇÃO E SENTENÇAS PENAS: UMA ANÁLISE QUANTO À NECESSIDADE DA DELIMITAÇÃO DA CULPABILIDADE
					Seminário de Investigação de Direito Penal I	17						
					Seminário de Investigação de Direito Processual Penal I	17						
					Seminário de Investigação de Criminologia	16						
49635	Marta Quintino Boura *	A DIVISIBILIDADE DO DIREITO DE CRÉDITO	António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro	Ciências Jurídico-Cíveis	Metodologia de Investigação Científica Avançada	18	17,70	Licenciatura em Direito	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2017	n/a
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	18						
					Seminário de Investigação de Direito Processual I	18						
					Seminário de Investigação de Direito Comparado	17						
51196	Nair Alexandra Maximino Machado Baptista	DA RESPONSABILIDADE ALARGADA DO PRODUTOR À ECONOMIA CIRCULAR - EM ESPECIAL, O CASO DOS RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS	Heloísa Duarte Oliveira	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	14,80	Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Especialidade de Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2021	Gestão de Resíduos Hospitalares
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	14						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de Criminologia	15						
50601	Osvaldo Júlio da Silva	DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES COMERCIAIS NO DIREITO DA ORGANIZAÇÃO PARA A HARMONIZAÇÃO DO DIREITO DOS NEGÓCIOS EM ÁFRICA	João Manuel Cardão Do Espírito Santo Noronha	Ciências Jurídico-Empresariais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	15,80	Mestrado em Direito - Perfil: Direito Comercial	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2017	Sociedade Criada de Facto e Sociedade de Facto no Direito da OHADA
					Seminário de Investigação de Direito Comercial I	16						
					Seminário de Investigação de Direito do Trabalho	15						
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	16						

Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
65210	Rodrigo de Moraes Pinheiro Chaves	LIMITES AO PLANEAMENTO FISCAL: CRITÉRIOS PARA DELIMITAÇÃO DO ABUSO DE DIREITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito Fiscal	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,40	Mestrado em Direito - Área de Concentração: Direito, Processo e Cidadania	Universidade Católica de Pernambuco (Brasil)	Coeficiente de rendimento: 8,75 (média convertida 17,5 valores)	2010	A IMPORTÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO NA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA AOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal	16						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Europeu	17						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Internacional	16						
65739	Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto	Deslocados Ambientais na égide do Direito das Migrações e na perspectiva dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos para uma proteção multifatorial	Ana Rita Amaral Campos Gil (Orientadora) Rui Manuel Tavares Lanceiro (Coorientador)	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,40	Doutoramento no ramo de Linguística, especialidade de Teoria do Texto	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)	Aprovada por unanimidade	2006	Argumentação em Géneros Persuasivos: um Estudo Contrastivo
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	16						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	16						
					Seminário de Investigação de Direitos Fundamentais	17						
62072	Samara Machado Sucar	JUSTIÇA GLOBAL E A DIMENSÃO TRANSNACIONAL DO DIREITO DO TRABALHO	Pedro Miguel Infante Mota	Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias	Metodologia de Investigação Científica Avançada	14	15,50	Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Empresariais/ Menção em Direito Laboral	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal)	14 valores	2018	Flexibilização das normas trabalhistas em tempos de crise. O negociado sobre o legislado (uma comparação do sistema jurídico brasileiro, português e francês)
					Seminário de Investigação de Direito Económico e Monetário Europeu	16						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Económico e do Investimento	15						
					Seminário de Investigação de Direito dos Mercados Financeiros	16						
34616	Sara Mafalda de Anjos Rodrigues	OS ACORDOS HUB AND SPOKE: UM TERTIUM GENUS?	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Economia	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	16,60	Mestrado em Ciências Jurídico-Forense	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	16 valores	2010	Da admissibilidade de apreensão de correio eletrónico no âmbito das buscas efetuadas pela Autoridade da Concorrência
					Seminário de Investigação de Análise Económica do Direito	17						
					Seminário de Investigação de Direito da Regulação	17						
					Seminário de Investigação de Direito Processual Penal I	16						
62296	Shiyue Lu **	China's Pathway Towards the Peaceful Settlement of International Disputes	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias	Metodologia de Investigação Científica Avançada	18	17,40	Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2021	A Imunidade Jurisdicional dos Estados: Reflexões sobre as Questões Relevantes
					Seminário de Investigação de Direito da União Europeia	18						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Económico e do Investimento	17						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Público	17						

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 24 de maio 2023)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
44512	Tatiana Ferreira Malafaia	NEUROCIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS: AVANÇOS TECNOLÓGICOS, IMPACTOS E DESAFIOS À PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	15,50	Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2012	Tráfico Internacional Infantil: análise jurídico-internacional e comparada
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	16						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Público	15						
56559	Welena da Silva	O DIREITO À TERRA E AO AMBIENTE: DESAFIOS EM MATÉRIA DE ACESSO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DA TERRA NA ORDEM JURÍDICA GUINEENSE	Heloísa Duarte Oliveira	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	17,50	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Ambientais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	17 valores	2019	O Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental na Guiné-Bissau
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	18						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	17						
					Seminário de Investigação de Sociologia Jurídica	18						

Observações:

- Os candidatos entregaram o Projeto de Tese e Carta de Aceitação dos Professores Orientadores.
- As candidatas assinaladas com * possuem licenciatura (ou equivalente legal em termos de grau) em direito com média igual ou superior a 17 valores cuja candidatura ao doutoramento mereceu parecer favorável da Comissão de Estudos Pós-Graduados.
- A candidata Shiyue Lu ** (n.º 62296) apresentou pedido de elaboração de tese em inglês e juntou parecer favorável do orientador.
- "n/a" - não se aplica

Versão do documento: 23-05-2023 MN



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Wilson de Almeida Adão	Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos	21/07/2022	A exploração de recursos naturais transfronteiriços no Direito Internacional Público. Contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional da exploração de depósitos de hidrocarbonetos comuns localizados nos espaços marítimos sob jurisdição dos Estados e nos lagos internacionais	Prof. Doutor Francisco Ferreira de Almeida (FDUC) Prof. Doutora Maria Chantal Ribeiro (FDUP) Prof. Doutor Eduardo Correia Batista Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos Prof. Doutor João Miranda Prof. Doutor Pedro Infante Mota



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Ana Teresa Escher Rieger	Ciências Jurídico-Políticas	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	24/02/2023	Language Related Indeterminacy in the Law	Prof. Doutor José Aroso Linhares (FDUC) Prof. Doutor António Cortês (Universidade Católica) Prof.a Doutora Fernanda Palma Prof. Doutor Miguel Prata Roque Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes Prof. Doutor Jorge Silva Sampaio

SIPE Congress 2023

(22-24 June 2023)

Neue öffentliche Aufgaben in Spannungszeiten

New Public Tasks in Times of Tension

Nouvelles missions publiques en période de tension

(Aktualisierung/updated/mise à jour 17. Mai 2023)

22 June 2023

15.15 – Opening Session

Dean of the Law Faculty - Paula Vaz Freire

President of the Scientific Council - Pedro Barbas Homem

President of the Group of Professors of Public Law of the Faculty - Maria João Estorninho

President of SIPE – Axel Kämmerer

SIPE Board (Host) – Vasco Pereira da Silva

15h30

Young Scholars' Workshop: Digitalisation as a new multi-level public task as well as an essential tool for the execution of the new public tasks

Topics:

- Global, European, and National Charters and Declarations on Digital Human Rights and Principles – Is there a Multilevel Constitutionalism on Digital Matters?
- Digitalisation as a New Task for Public Authorities – Next Generation EU and National Recovery and Resilience Plans
- E-Government and Public Policies – Reconstructing or Damaging the Rule of Law?

Participants:

- *Pedro Lomba, University of Lisbon*
- *Eloísa Pérez Conchillo, University of Granada*
- *Rui Lanceiro, University of Lisbon*
- *Giulia Re Ferrè, University of Milan*
- *Miguel Arjona Sánchez, University of Granada*

17.00. Pause

17.10 /17.50 - Discussion

18.00 – Speech by Marcelo Rebelo de Sousa, President of the Portuguese Republic

23 June 2023

9.30

1st. Session: Defense and International Security: Old-New Public Policies

- 1- In Russia's Shadow: Towards a Common „Military Safety Area“ within the Multilevel European Constitutional System?
Herbert Küpper, Köln Univ.
- 2- Armed Conflict in Ukraine and Refugees: a European or a National Issue?
Jaap de Zwann, Erasmus University Rotterdam and Netherlands Institute of International Relations, Clingendael
- 3- Cyber-Security in Times of War: A New Public Task
Paulina Joanna Starski, University of Freiburg

Discussion

11.15- Coffee Break

11.30

2nd. Session: Health Care as a new public task

Topics:

- 1- Globalisation of Health Care Policies. Is Health Care in its Multilevel Dimension (Global, European and National) a New Constitutional Problem?
Luca Mezzetti, University of Bologna

The Role of the World Health Organization in the Pandemic Crisis. Globalisation, Harmonisation and Flexibilisation of Administrative Law?
Maria João Estorninho, University of Lisbon

Discussion

13h 15 – Lunch at the Faculty

15h

3rd. Session: Climate Change as the New Dimension of the “Environmental Question”

- 1- Climate Change as the New Form of the “Environmental Question” in Modern Constitutionalism. Is there a Fundamental Right to Avoidance or Minimisation of Climate Change at the Global, European, and National Levels?
Ekaterini Iliadou, Athens Law School
- 2- Constitutional Justice in Climate Change. The Pioneer Decision of the German Constitutional Court in the Face of the Jurisprudence of Other National and International Court
Rui Guerra da Fonseca, University of Lisbon

Discussion

16h 30 – Coffee Break

16h 45 - 4th. Session: The transition from fossil energy to sustainable energy as a new green public task

- 1- Fossil vs. Sustainable Energy: a Global Legal Question. Energy and Multilevel Constitutionalism (National, European, and Global)
Claas-Friedrich Germelmann, Leibniz Univ. Hanover
- 2- European Military Conflict in Ukraine and Energy Crisis in Europe: Towards a New Common Energy Policy?
Stefan Storr, University of Graz

Discussion

18h 30m - Closing Remarks

Moderator- Axel Kämmerer
Diana Urania-Galetta
Vasco Pereira da Silva

20h 00m – Dinner at Restaurante Jockey, Hipódromo do Campo Grande

24 June 2023

9h 45m – General Assembly of the SIPE

11h- Excursion to the Fado Museum and Joint Lunch at the Museum’s Restaurant